

### 3 DE DEZEMBRO DE 2020 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, JANAINA PASCHOAL, CARLOS GIANNAZI e RICARDO MELLÃO

#### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE  
1 - CORONEL TELHADA  
Assume a Presidência e abre a sessão.  
2 - DELEGADO OLIM  
Celebra o Dia do Delegado de Polícia. Repudia o pedido de prioridade aos promotores para vacinação contra a Covid-19. Alega que os promotores estão trabalhando em casa e não são pertencentes ao grupo de risco por idade. Afirma que irá trabalhar pelo veto ao pedido.  
3 - CARLOS GIANNAZI  
Crítica a possibilidade de demolição do Complexo do Ibirapuera. Lembra que o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico foi alterado pelo governador. Crítica a publicação de comunicado da Secretaria de Educação no Diário Oficial permitindo redução das turmas de atividades desportivas, responsáveis pelo treinamento dos alunos em competições. Alerta para aumento do desemprego. Tece críticas à atuação do governador João Doria.  
4 - CAIO FRANÇA  
Comenta a construção de posto policial junto à Ponte Pênsil, em São Vicente, em 2015. Informa que a Polícia Militar não utiliza a base. Considera a desocupação do prédio prejudicial à população. Pede ajuda ao comando da Polícia Militar para reativar o posto.  
5 - JANAINA PASCHOAL  
Assume a Presidência.  
6 - CORONEL TELHADA  
Parabeniza o município de Iguape pelo aniversário. Informa as comemorações em 03/12. Deseja melhoras ao policial militar ferido durante ação de criminosos, em Criciúma. Crítica o retrocesso da cidade à fase amarela do Plano São Paulo. Questiona o corte dos jantares servidos em restaurantes Bom Prato. Afirma que o Estado deve servir refeições enquanto durar o estado de calamidade. Repudia o pedido de prioridade do Ministério Público Estadual na vacinação contra a Covid-19.  
7 - CORONEL TELHADA  
Assume a Presidência.  
8 - JANAINA PASCHOAL  
Informa que irá questionar o governador sobre os cortes de refeições do Bom Prato. Comenta que o deputado federal General Peternelli apresentou o PL 3847/19, para concessão automática de registro aos medicamentos que já tenham sido autorizados por autoridades sanitárias internacionais. Discorre sobre o pedido de prioridade para vacinação do Ministério Público Estadual. Repudia a politização da vacina. Esclarece que áudios em aplicativos de mensagens atribuídos a ela são falsos. Afirma que apoia todos os projetos de decreto legislativos para a suspensão do desconto dos aposentados que recebem abaixo do teto do INSS.  
9 - RICARDO MELLÃO  
Lembra reforma do Completo Hospitalar Cotoxó, para atendimento de dependentes químicos, com entrega marcada para 2014. Discorre sobre os motivos do atraso nas obras. Informa que a nova previsão de entrega também não foi cumprida. Solicita explicações aos responsáveis. Afirma que irá continuar fiscalizando o governo. Pede para que a população envie as denúncias.  
10 - CARLOS GIANNAZI  
Assume a Presidência. Parabeniza o deputado Ricardo Mellão pelo trabalho de fiscalização do Executivo.  
11 - RICARDO MELLÃO  
Assume a Presidência.  
12 - CARLOS GIANNAZI  
Discorre sobre a falta de segurança nas escolas públicas. Exibe fotos da Escola Estadual Eugenio Mariz de Oliveira Netto, após roubo nesta madrugada. Afirma que os alunos utilizam a sala de informática para acessar as aulas. Cobra reformas dos prédios antes do retorno presencial às aulas. Crítica o secretário de Educação Rossieli Soares. Pede a aprovação do PDL 22/20, contra os descontos dos aposentados que recebem abaixo do teto do INSS. Crítica a atuação do prefeito Bruno Covas e do governador João Doria.  
13 - CARLOS GIANNAZI  
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.  
14 - PRESIDENTE RICARDO MELLÃO  
Defero o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/12, à hora regimental. Levanta a sessão.  
\* \* \*  
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.  
\* \* \*  
- Passa-se ao

#### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.  
Nesta data, dia 3 de dezembro de 2020, iniciamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: primeiro orador, deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. Vossa Excelência tem o tempo regimental.  
O SR. DELEGADO OLIM - PP - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, eu vou pedir a permissão dos senhores, presidente, e eu vou tirar aqui a minha máscara só para poder falar, estou com distância de todos. Quero cumprimentar o nosso presidente, Coronel Telhada, sempre aqui presente; e nossa deputada Janaina; e policiais aqui presentes; e a TV Alesp, funcionários.  
Estive aqui a semana retrasada falando sobre o Ministério Público. E hoje retorno aqui, primeiramente queria até cumprimentar, antes de entrar nesse assunto, todos os delegados de Polícia do Brasil, esses heróis que estão nos plantões, estão trabalhando juntamente com as forças de Segurança, que hoje é o nosso dia, dia 3 de novembro, Dia do Delegado de Polícia. Então, em meu nome, em nome de todos, cumprimento aqui todos os delegados de Polícia do Brasil.  
E, como disse, estive aqui, todos sabem que eu fiz um discurso falando sobre o absurdo do Ministério Público, que tinha uma ação civil pública contra 42 policiais civis, que foram, numa ação civil pública, todos inocentes, que depois a gente soube que todos os 42 tinham sido arquivados pelo próprio Ministério Público.  
Mas hoje eu vim aqui porque eu acordei de manhã e soube pela imprensa. Então, por gentileza, coloque aqui no telão. Acordei com essa. Quero que os senhores deem uma olhada. Isso não é fake, porque, antes de eu falar aqui, eu fui ver se não

era fake: “Promotores de São Paulo querem ser incluídos em prioridades para vacinação contra Covid-19”.

Isso não é nem pegadinha de televisão e nem é fake, isso foi verdade. Porque aí eu fui fazer as minhas investigações, sou delegado de Polícia, sou policial, e soube que o Ministério Público, numa ata

Para os senhores terem uma noção, ontem me causou até um pouco de espanto quando eu vi essa matéria, porque é uma matéria que será que não é realmente fake? E não é. Ontem houve O Conselho Superior do Ministério Público colocou em pauta isso de eles serem os primeiros a serem vacinados. Eu não estou de brincadeira. Os primeiros que querem ser vacinados é o Ministério Público de São Paulo. Isso é, no mínimo, imoral.

Os senhores sabem o que são os hospitais, as pessoas que estão lá trabalhando, dando a sua vida com risco de pegar o coronavírus? Os senhores vão ser primeiro que eles? Os senhores estão há meses dentro de casa, os senhores fazem tudo através do home office.

Vocês não saem de casa, os senhores estão em casa trabalhando, e os senhores querem ser os primeiros? E os policiais militares, policiais civis, policiais penais, as pessoas que estão no dia a dia tratando com o povo? Eles vêm em segundo, e em primeiro os senhores?

Isso é uma tremenda cara de pau, o senhor vai me desculpar. E o procurador-geral, que eu até estou pasmo, mandou para frente, que fosse estudado para ver se realmente eles seriam primeiro.

Só quero deixar claro para os senhores aqui, estou falando aqui com o nosso presidente, Coronel Telhada, deputada Janaina, eu estarei aqui, só que não passa nesta Casa. Os senhores não serão os primeiros a serem vacinados. Eu tenho certeza do que estou falando para os senhores. Aqui nesta Casa isso não passa.

Então, os senhores já se preparem, que aqui não passa isso. Os senhores não podem fazer isso, tão cara de pau, sabendo que as pessoas que estão no dia a dia no trabalho, e os senhores terem esse privilégio.

Então, meus promotores, meus procuradores, sei que muitos que eu falei estão indignados com isso, estão com vergonha de ter saído isso na imprensa, mas isso já virou o Brasil inteiro. Isso é ruim para os senhores; não me levem a mal, mas é muito ruim isso.

Quer dizer, em tudo os senhores se metem, em tudo querem ser os primeiros. Os senhores estão aí, a idade de trabalho que pediram para serem vacinados é de 30, 40, 50 anos.

Eu quero fazer um levantamento de quantos dos senhores não estão trabalhando em casa, que público os senhores têm e seus familiares para serem primeiro que os outros? Por gentileza, ficou muito chato para os senhores, ficou muito ruim perante a sociedade.

Torno a falar aqui e cobro dos deputados, senadores, de Brasília uma PEC. Está na hora de mudar isso, os senhores têm que ser responsabilizados.

Estava lendo uma matéria aqui que saiu no “Estado de S. Paulo” uns 20 dias atrás, do Dr. José Roberto Batocchio, um grande advogado e ex-deputado: A lei dos prefeitos e do Ministério Público.

Neste domingo, para todos os prefeitos do meu partido que se elegeram e alguns amigos - só não falei para o Bruno Covas, que não teve jeito de falar sozinho com ele para dar os pêsames para ele -, para todos os prefeitos que ganharam eu dei os pêsames, porque, a partir de agora, se ele entrou com uma casa, ele sai com uma ação civil pública do Ministério Público. Ou ele perde a casa ou perde tudo que tem, porque, lendo essa matéria aqui, é a pura verdade.

O promotor público chega lá com 30 anos, com alto salário e fica 24 horas estudando um jeito de pegar alguma coisa para pegar o prefeito. Só que o prefeito foi votado, teve o grifo do voto, a cada quatro anos tem que passar no grifo para ver se ele é bom para continuar; os senhores não, os senhores entram com altos salários.

Estou fazendo o orçamento e vi lá que tem um valor. Os senhores são os únicos funcionários públicos que recebem licença-prêmio, três meses de salário, altos salários - já vou terminar, Sr. Presidente -, os senhores vão receber férias em casa.

Nenhum funcionário público está recebendo isso. O meu salário está sendo descontado, como o da Dra. Janaina, como o do Coronel Telhada, 30% para ajudar a pandemia. Os senhores não têm nenhum custo, ao contrário, sempre tem um penduricalho para ganhar mais.

Então, deixo aqui... Estou aqui, na verdade, para dar um basta nisso. Eu e as demais pessoas do bem, população de São Paulo que não tem os privilégios que todos os senhores têm de altos salários, de serem os primeiros a quererem ser vacinados. Então, senhoras e senhores, vamos dar um basta ao privilégio; perante a Constituição, todos somos iguais.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Próximo deputado, deputado Sergio Victor. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Mauríci. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Damaris Moura. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Rodrigo Gambale. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem o tempo regimental. O deputado Carlos Giannazi hoje vem combatido e ferido à tribuna. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, na verdade eu tive um acidente doméstico e machuquei a cabeça. Cai em casa, bati a cabeça na mesa, tive alguns pontos, mas vim sobretudo, Sr. Presidente, na data de hoje na Assembleia Legislativa, para denunciar o demolidor do estado de São Paulo, João Pinóquio Doria, que está demolindo o estado, demolindo as áreas sociais.

Agora, recentemente estamos acompanhando o anúncio da demolição do complexo do Ibirapuera, inclusive do próprio... Estamos temendo a demolição do Ginásio do Ibirapuera, porque o Conselho de Defesa do Patrimônio, Sr. Presidente, foi alterado pelo Doria.

Ele colocou ali representantes da iniciativa privada, da especulação imobiliária, para não permitir o tombamento do Ginásio do Ibirapuera. Agora já anunciou que vai construir um shopping center no complexo esportivo do Ibirapuera, que é um celeiro de atletas, de medalhistas, dá orgulho para o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, como se não bastasse isso e tantas maldades que são feitas... Eu pensei que agora, como está chegando o final do ano, não tinha mais nenhuma maldade para o tucanistão fazer contra, sobretudo, os professores. Mas eu me enganei, porque no dia de hoje, na data de hoje, fomos surpreendidos pela publicação do Comunicado 251/2020 no “Diário Oficial”, um comunicado da Secretaria da Educação, Sr. Presidente, confiscando aulas, confiscando salários, criando desemprego de professores na área da Educação Física.

Haverá uma redução das turmas de planejamento ou das atividades curriculares desportivas. Eles encerram, para atribuição de aulas, essas turmas de treinamento, que são as

responsáveis pelo treinamento de alunos que participam de olimpíadas em todo o estado de São Paulo e no Brasil.

Ou seja, ele está demolindo um polo importante, um celeiro de formação de esportistas, que é o complexo do Ibirapuera, e ao mesmo tempo está também demolindo um projeto histórico da Rede Estadual de Ensino, que são essas turmas de treinamento, acabando com o projeto, excluindo milhares e milhares de crianças e adolescentes desse projeto, que tem como única alternativa, muitas vezes, esse tipo de atividade nas escolas públicas, Sr. Presidente, além de criar desemprego na área de professores de Educação Física.

É um confisco de salários, é um confisco de empregos, é um confisco de aulas dos professores de Educação Física. Nós estamos exigindo que a Secretaria da Educação faça a imediata revogação desse Comunicado 251. Isso é execrável, isso é perverso, Sr. Presidente, isso é de uma covardia sem precedentes.

Em plena pandemia, o desgovernador Doria ataca os professores mais uma vez, criando desemprego no Magistério, prejudicando toda a comunidade escolar, prejudicando uma área importante que é a formação de crianças e adolescentes para a área do esporte, para os torneios que são realizados em todo o estado de São Paulo.

Então, é isso. Demolidor. O governador vai demolir o Ginásio do Ibirapuera. Está demolindo agora o jantar do Bom Prato, que ele já cancelou. Está demolindo as pessoas que usam os pedágios no estado de São Paulo, porque ele autorizou agora o aumento dos pedágios, da farrá dos pedágios em todo o nosso Estado. Nós não podemos aceitar isso, Sr. Presidente.

Eu faço aqui um apelo para que esse comunicado seja imediatamente revogado, porque senão, por essa lógica, o governador vai também reduzir a carga horária de vários outros professores.

O professor de Biologia, na pandemia, não consegue trabalhar no laboratório da escola, porque ele não está na escola, nem os alunos. E nas outras áreas que também utilizam atividades práticas. É um absurdo desnecessário, governador Doria. Que ato covarde. Esse Rossieli, Sr. Presidente, é uma vergonha o que eles estão fazendo aqui no estado de São Paulo.

E faço aqui também, Sr. Presidente, um chamado ao Cref, ao Conselho Regional de Educação Física, que cobra dos professores de Educação Física. O professor hoje, de Educação Física, em São Paulo, para trabalhar na rede pública ou privada, tem que pagar, como se fosse a OAB. É um absurdo, isso é ilegal, inclusive.

Nós entramos com várias ações na Justiça. Agora o Cref tem que ir lá, defender o professor. Cref, vamos lá, porque vocês ganham muito dinheiro. É uma fábrica de dinheiro o Cref, que explora os nossos professores da rede pública, da rede estadual, da rede municipal e da rede privada, mas não dá nada em troca para os professores. Mas nós vamos derrotar essa cobrança obrigatória.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E solicito que cópias do meu pronunciamento sejam enviadas ao secretário da Educação e ao governador Doria. Nós estamos tomando providências também junto ao Ministério Público contra esse Comunicado 251.

Muito obrigado.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sim, Sr. Deputado. Estimo melhoras para o senhor. Solicito à nossa assessoria que encaminhe cópias das palavras do deputado Giannazi ao Sr. Secretário Estadual de Educação e ao governador Doria.

O próximo deputado é o deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Caio França. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Olá, presidente, colegas deputados e deputadas. Uma saudação a todos.

Presidente, subo à tribuna nesta Casa, hoje, para tratar de um assunto da cidade de São Vicente, na qual já tive oportunidade de ser vereador. Temos um trabalho intenso e diário na cidade. Em 2015, nós conseguimos fazer a reforma da Ponte Pênsil, que liga a área insular da cidade, das praias, dando acesso à Praia Grande, aos bairros do Parque Prainha e do Japuí.

Nessa reforma, eu consegui viabilizar a construção de um posto da Polícia Militar. À época, tinha sido muito aplaudido pelos moradores, inclusive pelo próprio comando da Polícia Militar e tal. Depois de alguns anos, a própria polícia e alguns órgãos do Condephaat acabaram reclamando, porque estaria, eventualmente, atrapalhando a visão da Ponte Pênsil, que é um monumento histórico da cidade, embora sirva também como ligação. É claro que é um símbolo da cidade de São Vicente.

Acontece que uma matéria recente - não sei se é possível que a câmera consiga ter acesso a essa matéria do “Jornal da Tribuna” -, já não é a primeira nem a segunda vez que falam sobre isso, mas a Polícia Militar, infelizmente, não está utilizando mais esse espaço. A Polícia Militar não está mais utilizando, e aí a vizinhança toda do bairro do Parque Prainha e do Japuí, que são já bairros afastados da cidade, estão muito prejudicados.

Eu queria sensibilizar. Já conversei com o Comando Geral da Polícia Militar, já pedi no 6º Batalhão da Baixada Santista para que a gente possa utilizar esse espaço, afinal, nós estamos tratando de dois bairros importantes da cidade.

A gente tem um monumento histórico, que é a Ponte Pênsil, então é fundamental que a gente possa também garantir segurança aos passageiros. Diariamente, muitas pessoas que moram na Praia Grande, que vão até São Vicente, até Santos, acabam utilizando a Ponte Pênsil para poder se locomover e têm preocupações.

A Ponte Pênsil, para quem não sabe, é de competência do DER, que é o Departamento de Estradas de Rodagem do estado de São Paulo, subordinado à Secretaria de Logística e Transportes. Recentemente, a gente havia pedido, solicitado a iluminação da ponte.

A prefeitura fez a iluminação da ponte, então ela está um pouco mais segura para quem transita lá, mas, infelizmente, a gente não conseguiu ainda convencer a Polícia Militar de utilizar esse espaço.

A gente utilizou recurso público lá, à época, em uma obra que foi uma obra cara da Ponte Pênsil. Se eu não me engano, ficou em torno de 30 milhões de reais a obra da Ponte Pênsil, que nós fizemos a revitalização. Inclusive, alguns trechos dela, em especial no que tange à ciclovia que tem na Ponte Pênsil, precisamos de algumas pequenas reformas, mas, mais do que tudo, esse posto policial está, infelizmente, inutilizado hoje.

Eu subo à tribuna nesta Casa para reforçar com o Comando também da Polícia Militar do Estado de São Paulo que possa nos ajudar para trazer um pouco mais de segurança aos moradores do Parque Prainha e do Japuí, que estão sofrendo com os problemas de pequenos assaltos, furtos, roubos e pessoas que acabam prejudicando uma área linda da cidade de São Vicente, que são esses dois bairros que já estão mais afastados. Então reitero aqui o nosso pedido.

Falo isso porque foi uma obra que, lá atrás, nós conquistamos. Não estava no projeto original da reforma da ponte fazer essa base policial. Depois de muito esforço, muitos pedidos nós conseguimos transferir. Estava de um lado, conseguimos transferir para o outro.

Era um pequeno coreto onde funcionava, inclusive eram os próprios policiais que liberavam o semáforo da Ponte Pênsil. Nós conseguimos transformar em uma grande base policial, que precisa ser ocupada para que, eventualmente, morador de rua acabe não utilizando isso, em um espaço que é muito nobre da cidade.

Fica aqui a minha solicitação, a minha reivindicação. Eu peço que este nosso esclarecimento, que esta nossa fala seja encaminhada tanto para o Comando Geral da Polícia Militar quanto para o Comando Militar da Baixada Santista.

Muito obrigado, presidente.  
O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, deputado. Então eu solicito à nossa assessoria que encaminhe as cópias taquigráficas do discurso do deputado Caio França ao Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo e ao Comando do CPI-6.

Próximo deputado é o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Luiz Fernando da Silva. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Pela lista suplementar, deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.)

Vossa Excelência poderia assumir a Presidência do trabalho para que eu faça uso da palavra? Eu passo a Presidência dos trabalhos para a deputada Janaina Paschoal para fazer uso da tribuna.

\* \* \*  
- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.  
\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Assumo esta Presidência, imediatamente chamo à tribuna o deputado Coronel Telhada. Vossa Excelência terá o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sra. Presidente e a todos que nos assistem pela Rede Alesp. Quero saudar também os Srs. Deputados presentes; saudar a cabo Eliane e o cabo Annino, em nome de quem saúdo a nossa assessoria policial militar, todo dia presente aqui.

Quero iniciar a fala de hoje, dia 3 de dezembro de 2020, quinta-feira, saudando o município aniversariante, que é o município de Iguape. Um abraço a todos da cidade de Iguape.

Hoje também, 3 de dezembro, é o Dia do Delegado de Polícia. Abraço a todos os amigos delegados e delegadas de Polícia não só aqui da Polícia Civil do Estado de São Paulo, mas de todas as polícias civis do Brasil.

Quero também saudar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. É um dia superimportante. Uma preocupação que todos nós devemos ter constantemente, procurando melhorar a vida das pessoas que sofrem com deficiência, para que possam ter uma vida mais tranqüila.

E também lembrando que este dezembro é o Dezembro Verde. Diga “não” ao abandono dos animais. Então é um dia para a gente lembrar de dizer “não” ao abandono de animais, daqueles que batalham e lutam pela causa animal.

Eu quero fazer uma correção. Ontem falamos aqui da morte de um policial militar de Santa Catarina, mas a Polícia Militar de Santa Catarina expediu uma nota de imprensa dizendo que o policial militar não faleceu, graças a Deus. Mas ele está numa situação muito grave, ainda na UTI. Ele foi baleado naquela ação de criminosos na cidade de Criciúma. É o soldado Jefferson Luiz Esmeraldino.

Então eu quero fazer essa correção e dizer que ele está vivo ainda, graças a Deus, mas está em estado grave, após passar por três cirurgias. Um rapaz de 32 anos, que está na Polícia Militar desde 2016, no 9o Batalhão de Criciúma. Vamos orar para que logo ele esteja melhor, se Deus quiser.

Meus amigos, eu quero nessa data, dia 3 de dezembro de 2020, dizer mais um absurdo do Governo de São Paulo. Como eu disse, o retrocesso na situação de pandemia causa muita preocupação, porque é, mais uma vez, o Governo de São Paulo arrebatando os trabalhadores. Muitos estão sem trabalhar, principalmente as pessoas que trabalham com eventos. Então há mais de oito meses sem trabalhar quem trabalha com evento, festa.

Novamente o Governo de São Paulo retrocede na situação de calamidade, dizendo que está havendo uma segunda onda, mas misteriosamente, no dia 1o de dezembro, terça-feira última passada, o Governo de São Paulo, comandado por João Doria, cortou o serviço de jantar de 57 das 59 unidades do programa Bom Prato, que serve refeições a 1 real. Vejam bem. Se estamos retrocedendo porque a situação é ruim - isso segundo o governo -, então por que estamos cortando o jantar?

Tem uma determinação do Ministério Público para o Governo de São Paulo continuar fazendo o jantar e também servindo comidas aos finais de semana, enquanto durar a pandemia.

A pandemia, o estado de calamidade, vai até o dia 31 de dezembro. Mas não: o ditador João Doria simplesmente cortou o jantar de 57 das 59 unidades de Bom Prato no estado de São Paulo.

Não é só isso. Ele também está cortando o atendimento nos restaurantes Bom Prato aos finais de semana, feriados e jantares, assim como a refeição gratuita para 15 mil moradores de rua.

Ou seja: ao mesmo tempo que ele retrocede na pandemia, dizendo que piorou a situação, ele corta a comida de quem necessita. Ele corta jantares de 57 unidades. Ele corta as refeições aos finais de semana, feriados, e também os jantares.

Não entendo o que está acontecendo com o governador João Doria. Está ruim ou não está? Ou “está ruim, dane-se, vou economizar, e o povo que se dane”? Então essa é a situação bem clara do estado de São Paulo. Mais uma vez, deixando bem claro que o governador João Doria não está preocupado com a Saúde de São Paulo. Ele está preocupado em fazer negociatas com a pandemia.

Vejam bem, repito: foram cortados os jantares de 57 das 59 unidades. Para vocês terem uma noção, meus amigos, dia 30 de setembro havia sido suspensa a comida para essas 15 mil pessoas em situação de estado de rua. O TJ, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, determinou para que retomasse essas refeições gratuitas. E assim foi feito.

Agora, dia 1o de dezembro, terça-feira última, simplesmente foram cortados os jantares, as refeições aos finais de semana e as refeições de feriados dos Bom Prato, além de ser cortada a gratuidade de 15 mil pessoas que vivem em estado de rua. Que governo é esse? A gente às vezes reclamava do Geraldo Alckmin, falava que era ruim, mas olhe, que saudade do Geraldo Alckmin, hein? Pelo amor de Deus.

Eu não entendo o que o governador Doria está fazendo. Ele está acabando com o trabalhador; está abandonando o morador de rua com fome; está cortando o jantar das pessoas que utilizavam o Bom Prato. As pessoas que utilizavam o Bom Prato ao final de semana e nos feriados também estão sem poder comer por quê? Porque o “Ditadoria” acha que o povo não precisa comer.

O povo tem que economizar, então não come? É assim? É absurda a situação do estado de São Paulo, cada vez mais precária. E o Ministério Público querendo ter prioridade na vacinação, que nem o Delegado Olim falou há pouco.